

CONSERVAÇÃO DE RECURSOS NATURAES

I

Por duas vezes, nestes ultimos annos, tem estado nossa capital em angustia, temendo lhe viessem a faltar artigos de primeira necessidade, ou que o hábito a fizera considerar taes: durante a grande guerra e na ultima revolta de Julho. Emquanto durava o lugubre ruido do trepidante vôo dos aeroplanos, o crepitar das carabinas e o troar da artilharia, tive eu oportunidade de examinar esses dois gravissimos problemas, sendo-me de muito auxilio a obra do notabilissimo Professor Gide e a Encyclopedia de Nelson. E' na parte relativa aos *factores da producção*, no estudo da natureza (segundo a expressão classica ou tradicional) que Gide examina a prodigalidade com que têm os homens desbaratado, em dissipação sem limites, com uma imprevidencia inexplicavel, as riquezas naturaes cuja conservação deveriam ter zelado. A Encyclopedia dá-nos conta particularizadamente do que, verdadeira campanha pela conservação, das riquezas naturaes, fez Roosevelt durante o tempo em que administrou os Estados Unidos, e do que se vae fazendo no Canadá, os dois paizes com razão considerado os pioneiros dessa luta pela economia das forças naturaes, da limitação (restraint) do consumo dos recursos naturaes, por uma previdencia (foresight) que deve ter o homem culto.

Emquanto ha um estado normal de transportes, facil é acudir ás necessidades de um lugar com o excesso

de producção do outro. E' nos momentos em que essa troca continua de productos se torna difficil que o povo se lembra do que aconselhava Colbert, quando se propoz fazer que a França bastasse a si mesma. Saint Hilaire, si não me é infiel foi quem disse: "S'il y a quelque pays qui puisse se passer du reste du monde c'est assurément la province de Minas Geraes" Ora Minas póde ter capacidade para produzir tudo, mas está longe, do mesmo modo que S. Paulo, de poder dispensar o auxilio fraterno do resto do globo terrestre. Concretizarei: S. Paulo póde produzir trigo, assucar, mas não produz estes artigos, nem os produzirá, em quantidade sufficiente para seu consumo, dentro de poucos dias, nem mesmo dentro de poucos mezes ou de poucos annos. Uma producção desta natureza exige determinação do lugar adequado, educação technica de trabalhadores, aquisição de apparatus proprios etc., e portanto exige um longo tempo. Paizes muito mais previdentes que o nosso se viram, em caso de guerra, nas maiores difficuldades. E' assim que a França, no dizer de Laurence Lyon (em sua notabillissima obra "Le Prestige du Pouvoir") se achou na mais embaraçosa situação com falta de tudo, ao iniciar a grande guerra, particularmente sentindo a carencia dos metaes, e tendo por esse lado sido tão mal dirigida que chegou a perder Briey, em razão, diz o mesmo autor, da inepcia de Joffre, cuja incapacidade decanta não em verso, mas em prosa suavissima (pag. 46). As más condições em que ficou a França, durante os dois primeiros annos da grande guerra, justificam, até certo ponto, aquella rude phrase de Pétain quando teve a hombridade de dizer a Poincaré que a republica não tinha nem administração, nem governo militar: "Personne n'est mieux placée que vous, Monsieur le Président, pour savoir que la France n'est ni gouvernée, ni commandée" (pag. 85). Mas a Allemanha, que, durante muito tempo, confiou em seu thesouro da torre de Spandau, ao começar

a guerra estava preparada com tudo quanto julgava indispensavel para a sustentar durante longos annos, e ainda assim foi vencida, note-se bem, quasi unicamente por carencia de recursos, em razão de ter sido a campanha mais longa do que era de esperar, e não propriamente pelas armas.

S. Paulo, tirante o carvão mineral, pôde produzir tudo, mas é necessario que haja um preparo prévio, que se estabeleça um proteccionismo moderado e limitado á producção de artigos que não compensem a cultura feita pelo particular, ou o fabrico, instigado só pelo interesse individual. De dois problemas intimamente unidos tenho pois de me occupar: da conservação das riquezas naturaes, e da possibilidade de ter o nosso Estado, em dado momento, tudo quanto consome, o que só se conseguirá pelos processos da protecção ou da empreza pelo Estado, um socialismo de Estado que não se pôde condemnar, desde que seja feito com a discreção que houve nos Estados Unidos e no Canadá.

Vou mostrar que a intervenção do Estado, particularmente desapropriando bens dos particulares, ou conservando em seu dominio as riquezas que possui, é o mais seguro recurso para conseguir a poupadura dos recursos. Assim tambem tomar a si o Estado a producção de tudo quanto o particular não pôde conseguir com resultado patrimonial é o meio de estar a salvo de carencia de objectos de primeira necessidade em caso de perturbação dos serviços de transportes.

Duas breves palavras sobre a acção destruidora do homem. Quasi sempre é citada a Palestina com o sendo o lugar typico da decadencia, é a terra que passou a ser a da “desolação”, quando foi, no tempo de Moysés, a da “Promissão”, onde manavam mel e leite, onde os cachos de uvas eram carregados por dois homens. Investigadores infatigaveis tem procurado provar que Moysés illudiu ao

povo hebreu, e que a Palestina foi sempre o que hoje é. Admitta-se esta hypothese acerca da terra do Lago Asphaltite e das margens aridas do Jordão. Ha comtudo necessidade de ser confessado que está aqui, diante dos olhos de toda a gente, a Baixada Fluminense, que, ha pouco, era uma região fertilissima, e que hoje é esteril, só tendo conservado dos antigos tempos a insalubridade das terras novas, em climas tropicaes. Si a Palestina é exemplo falso não o são o Estado do Rio de Janeiro, o Norte de S. Paulo, a Matta de Minas Encheria eu a pagina com a citação minuciosa dos lugares em que a acção destruidora do homem se fez sentir no solo brasileiro. Considere-se que, como bem diz a Encyclopædia de Nelson, “o grande incremento que tem tido o poder destruidor do homem, quando apoiado em um avultado capital e armado das invenções modernas, é um perigo para as riquezas naturaes, si posto á disposição de homens máos ou ignorantes” Hocker, o notavel botanico, affirmou que nem os terremotos, nem as guerras, nem as convulsões da natureza tinham destruido tantos edificios quanto a acção lenta e constante das raizes dos vegetaes, mesmo, ou antes particularmente, dos minusculos. Outro tanto se pôde dizer da acção dos agentes assoladores das riquezas naturaes: é a cultura constante, sem restituição dos elementos tirados do solo que o exhaure dentro de pouco tempo, constituindo uma destruição silenciosa, vagarosa, mas tremenda, muito mais arruinadora do que os estragos pelos cataclysmos. Um factor de devastação poderosissimo, quer quanto aos edificios, quer quanto ás florestas, quer quanto ás outras riquezas, é o fogo. Fala-se muito na acção demolidora dos projecteis nos bombardeamentos, mas é uma fanfarronada, como bem mostrou Eça de Queiroz, ao relatar o ataque a Alexandria por diversas potencias europeás. A verdade é que as cidades unicamente são destruidas, do mesmo modo que as flores-

tas, pelo fogo. Cumpre lembrar que o homem moderno tem meios muito mais seguros que o antigo de conseguir uma acção mais destruidora do que o fogo, bastando recordar, para prova desta these, o que se deu em Paris, ao tempo da communa, quando se empregou o “petroleo” para favorecer o incendio da cidade. Infelizmente o agente destruidor do fogo, si, com o progresso, encontra, como meio de o combater, um precario invento, tem a sorte de achar dez e mais processos para o activar. Não é pois sem razão que a Encyclopædia Nelson (V|124 A) traz o fogo como sendo o grande destruidor das florestas, e põe diante dos olhos de seus leitores duas estampas em que se mostra todo o horror de um sinistro incendio da matta.

E’ pois hoje o problema muito mais digno da attenção da administração publica do que outr’ora, e isto porque, como acaba de ser dito, o progresso tem desenvolvido ou multiplicado os meios de destruição das riquezas naturaes e das producções do homem, devendo portanto as instituições sociaes desenvolver-se no sentido da cohibição do emprego desses meios por mãos criminosas ou ignorantes.

Não é só porém a floresta, a bella floresta, a floresta mysteriosa e encantadora, que merece a attenção dos economistas. Ha o solo, a agua para a creação do peixe (assumpto com que se occupou ha poucos dias um diario do Rio de Janeiro), o combustivel, os cursos de agua utilizados como sendo meio economico de transporte, os proprios animaes selvagens e indomesticaveis, etc.

Relativamente ás riquezas naturaes, tres hypotheses occorrem, diz a Encyclopædia: ha as minas que não podem ser renovadas, mas cuja producção póde sómente ser economizada, ha os productos que podem ser consumidos e reñovados, e neste numero estão os das florestas, madeiras e lenha, e emfim ha riquezas cujo uso póde ser regularizado dentro de certos limites, como é a agua em-

pregada geralmente para força motriz, e nalgumas regiões para irrigação, como o são as de Nilo.

De cada um desses bens que nos outorgou a natureza passo a ocupar-me successivamente, mostrando a necessidade da intervenção do poder publico em seu uso.

Quanto ao solo, difficil será forçar o particular a cultivar o esgotado pelas colheitas successivas, emquanto houver terras novas que dão abundantes colheitas, com trabalho muito menor, ou antes quasi nullo. Os terrenos accidentados são os que mais rapidamente se esgotam. O remedio unico é adquirir o Estado os terrenos desvalorizados, e mantel-os em alqueive ou reflorestal-os, si suas finanças lh'o permittirem. Do serviço de reflorestamento, utilissimo por todos os aspectos, vou occupar-me em artigo ulterior. A drenagem dos terrenos alagadiços, mas summamente fertes, obra que ao particular é quasi sempre impossivel, é outro dever do Estado, que poderá encontrar na revenda da terra remuneração avultadissima da despeza feita: é serviço analogo ao dessecamento de terras que o Governo hollandes empreehe em seu paiz. O saneamento da Baixada Fluminense, com que tanto se tem occupado o publico nestes ultimos annos, seria uma empreza altamente remuneradora para o Estado, quer a levasse a termo, por si, quer por alguma associação concessionaria nacional ou estrangeira. A proximidade da Capital Federal, a facilidade de transporte dos productos da Baixada são partes para assegurar a valorização da terra assim beneficiada: temos muita terra, mas pouca terra fertil, e nas proximidades dos grandes centros de população esta falta é sensivel. Esses trabalhos, como vou mostrar linhas abaixo, dependem de uma organização administrativa cuja estructura já foi determinada com raro senso pelos norte-americanos e pelos canadenses. A essa instituição dedicou Roosevelt toda a sua attenção do modo mais carinhoso que é possivel.

Dos rios e das aguas do mar, não têm os poderes publicos cogitado, e é certo que a alimentação pelo peixe constitue um elemento de economia importantissimo. Não ignoro que, faz muitos annos, nosso Estado promulgou uma lei contra os parys, mas ella é letra morta, como o são as relativas a polluir e envenenar aguas. Nada temos quanto a escalas, que tornem possível subir o peixe para a desova, nada quanto a fiscalização da pesca, nada quanto á conservação das boas variedades, nada quanto á animação das emprezas de pesca, como disse um diario fluminense, ha poucos dias (“Gazeta de Noticias” de 7 de Setembro). Já não falo da piscicultura, que deveria ser objecto da maior attenção de nossos poderes publicos.

O combustivel, por sua vez, já é entre nós um problema arduo. Pouco animadoras são as noticias que temos de nossas minas de carvão, e consequentemente não é possível que deixemos de pensar nos vegetaes que podem acudir á nossa necessidade de materia geradora de calor. Liga-se portanto esta questão á do reflorestamento, unico meio, actualmente, de supprir a nossa falta de carvão.

A questão dos canaes servindo de estradas vicinaes, facilitando a communição entre povoados e pontos de embarque das vias ferreas, e mesmo supprindo a estrada de ferro, quando nestas os preços de transporte são elevados demais para o valor de genero conduzido (generos de pequena lavoura), é outra importantissima.

Emfim quanto aos animaes sylvestres, não é o interesse particular sufficiente, nem para a eliminação dos nocivos, nem para a preservação dos uteis, quer sejam estes destruidores dos nocivos, quer sejam fornecedores de pelles, de pennas e de carne exigidas pelo luxo, que reclama o gosto das classes mais elevadas na sociedade, quer se destinem a outros fins. A este proposito é digno de menção que não se pode comprehender o atrazo de nosso paiz quanto á regulamentação da caça.

Assumpto é este com que me occuparei ao referirme á protecção das mattas e ao reflorestamento de nossa querida patria, em que a bucha da espingarda do caçador, a ponta de cigarro do vagabundo, o phosphoro do negligente e, por vezes, o facho incendiario do individuo perverso arrasam “pelo fogo”, florestas seculares, em que se accumulavam riquezas que significavam a fartura de nossos descendentes sacrificada por essa profana devastação.

II

Fiz, linhas acima, sentir quão importante é a acção governamental para a conservação das riquezas naturaes. Observei que ha alguns bens, entre os quaes podem ser postas as minas, que unicamente se poupam, não sendo dado ao homem augmentar sua faculdade productiva. Outros ha em que a acção do homem é da maior efficacia, e deste numero são as producções florestaes, visto ser a cultura florestal muitissimo productiva. Emfim riquezas ha em que o homem, particularmente com o auxilio do poder publico, póde regularizar o uso, com o maior proveito para a sociedade, e assim é em relação á agua visto poder ser utilizada já para força motriz, já para a irrigação, como succede no Egypto, ao ser distribuida annualmente a das cheias do Nilo, já para sustento dos peixes. E’ a segunda hypothese que particularmente interessa a todos nós. Occupando-se com ella, escreveu o Professor Gide: “Em vez de caçar, é possivel criar os animaes; em vez de destruir a floresta, é possivel reflorestar, isto é, póde se passar da industria *extractiva* para a *agricola*” (I|118). Mas taes medidas, regularmente só podem ser adoptadas pelo poder publico. Diz o Professor Gide que, em tal caso, o particular, o individuo se limita a estragar, a destruir (I|118): “En France, on a bien semé des saumons et des truites dans quelques cours d’eau, mais ces

tentatives sont rendues inutiles par un braconnage sauvage ET NON REPRIME” No *Figaro* (économique) de 18 do passado mez de Agosto, deparou-se-me um artigo assignado com as iniciaes P. J. L., em que o autor desenvolve a these de que “le poisson d’eau douce doit être protégé contre les braconniers” E’ prova da existencia do problema em França, e de estar elle a occupar o espirito da gente que se interessa pela sorte da patria. Sem a repressão, nada ha a esperar de quesquer medidas, mesmo governamentaes. Com razão pois diz a *Eucyclopedia Nelson*, tratando de estabelecer um parallelo entre a campanha nos Estados Unidos e no Canadá, que “a conservação é muito mais efficaz, quando emprehendida antes que as riquezas tenham passado definitivamente das mãos da communhão para a dos particulares” (III|310-B).

Infelizmente encastella-se quasi sempre a autoridade em um ultra liberalismo, affirmando que sua unica funcção é “laissez faire, laissez passer” A doutrina é summamente commoda, mas de nenhum modo util á communhão. Não pretendo que sejam ineptos todos os administradores, porque ha alguns de capacidade de Roosevelt, de cuja campanha em prol da conservação dos recursos naturaes nos Estados Unidos passo a tratar. A ella faz fugidia allusão o grande Gide (1|118). Eis as palavras com que o notavel patriota norte-americano abriu, em 1908, a conferencia de governadores e peritos de diversos Estados: “Os recursos naturaes do paiz que são a base ultima do poder e da duração de um povo, estão em via de esgotar-se rapidamente. Já se vê o limite das terras ainda não cultivadas. Os Estados Unidos começaram com uma herança sem par de florestas, ora já a metade de madeira de construcção desapareceu. Os Estados Unidos começaram com jazidas de carvão mais extensas do que nenhuma outra nação do mundo, com minerio de ferro que parecia inesgotavel; ora, pessoas com-

petentes affirmam agora que o fim do carvão e do ferro está muito proximo. Os enormes depositos de oleo mineral e de gaz desappareceram em grande parte.

As vias navegaveis existem sempre, mas de tal modo foram estragadas que a navegação não é hoje nellas o que era ha 50 annos. Emfim os Estados Unidos acharam, no começo de sua vida, terras de uberidade sem exemplo, e as empobreceram de tal maneira que hoje a producção decresce em lugar de augmentar” E’ desolador! Em vez de desperdiçar forças e dinheiro em obras de luxo, em festas e folguedos, em melhoramentos que só aproveitam a uma classe de desfrutadores da vida, empreendeu Roosevelt uma campanha contra o mal, formulando leis e organizando serviço de applicação de taes preceitos legislativos. Sem lei e sem autoridade que a execute, impossivel esperar qualquer melhoria da situação. Em 1902 começou a série de reformas, com providencias acerca das terras aridas do Oéste, policia florestal, fiscalização das reservas dos indios, commissão para zelar as terras publicas, aproveitamento e locação de quédas de agua a particulares, medidas sobre a economia na exploração do carvão, providencias sobre os cursos de agua destinados a transporte, utilização da agua para transportes em canaes, etc. Usando, sem depotismo, dos meios que os *poderes de policia* attribuem á autoridade, pôde Roosevelt conseguir limitar a acção destruidora dos particulares em relação aos recursos naturaes.

Não se pense que deixou de soffrer opposição. Os interesses particulares incitaram muita gente a levantar-se contra as medidas governamentaes, e o grande estadista teve de arcar com uma luta que talvez não esperasse (Ballinger — Pinchot controversy).

No Canadá as coisas não foram tão difficeis, porque as riquezas estão ainda de facto em poder do povo: “Practically the whole of these natural riches are still

in possession of the people” (III|310-B). Um alvitre importantissimo foi adoptado no Canadá, qual o de fazer um inventario dos recursos naturaes e de levantar a opinião publica convencendo o povo da necessidade de uma politica de providente conservação das riquezas. Ao lado pois das medidas de coerção, os conselhos, a vulgarização da gravidade do momento que atravessamos, armado, como hoje se acha, o genero humano de processos novos poderosissimos para a destruição das fontes de riqueza com que a natureza nos dotou.

Si o Canadá no dizer da Encyclopedia, está em melhores condições que os Estados Unidos, é indubitavel que hoje, no Brasil, desvalorizadas como se acham as terras das regiões assoladas por nossos paes e por nossos avós, facilmente seriam adquiridas pela União ou pelos Estados ou pelas Municipalidades.

E' aqui opportuno lembrar quanto, EM VÃO, tem clamado a imprensa desta Capital em prol da desapropriação das mattas proximas a esta cidade, ponto em que seria de vantagem insistir, mas de que me afasto para que não pareça que estou a advogar interesse privado.

Nenhuma lei comtudo poderá ter efficacia, si não houver um serviço de applicação das disposições legislativas com uma organização de funcionarios que será muito facil de instituir, uma vez que copiemos o feito nos Estados Unidos e no Canadá. Bom é que, repetindo a recentissima recommendação da missão Montagu, diga eu que não convem se institua um exercito de afilhados, favorecidos com sinecuras, estabelecidos á rua Quinze de Novembro nesta Capital, e deixando, neste *dolce far niente*, proseguir o povo na devastação do que recebemos de nossos avós, e que a mais rudimentar probidade impõe conservemos por ser patrimonio de nossos filhos e de nossos netos. Ha pouco tempo, desejando um advogado saber qual era a séde de

uma comarca sertaneja de nosso Estado, respondeu-lhe alguém que era a rua Quinze de Novembro, e respondeu bem.

A iniciativa individual, disse eu no começo deste artigo, é insufficiente, muitas vezes, para acudir ao interesse publico. Em dadas occasiões, póde a cooperação de muitos supprir essa intervenção governamental. Mas, em outras hypotheses, é absolutamente impotente para tal. Vou descer das formulas abstractas aos exemplos, á realidade da vida, ao concreto.

O Dr. Luiz Barretto, um dos homens que maiores serviços prestou ás industrias brasileiras e particularmente á pastoril e á agricola, dizia-me que, antigamente, as municipalidades estabeleciam a pena de multa de 20\$000 (pesadissima então) para a pessoa que matasse um corvo. A sciencia veio mostrar que o corvo é o mais terrivel vector do carbunculo, donde a necessidade de esclarecer hoje o povo a este proposito, e instituir premios para os que matarem corvos. Não é só: o illustre sabio proseguia dizendo que os trabalhos de Pasteur patentearam que os vermes da terra traziam para a superficie os germens da molestia, explicando-se assim a existencia dos conhecidos *campos maldictos* em França, donde a indeclinavel necessidade de incinerar o cadaver do animal morto de carbunculo. “Mas, dizia o saudoso mestre, qual o pobre proprietario de animal que poderá queimar o corpo de um cavallo ou de um boi? O custo da incineração excede a possibilidade da bolsa do infeliz” Eis um caso em que a intervenção governamental é indispensavel.

Semeador de idéas salutaes e uteis, vulgarizador incançavel de quanto a sciencia descobrira em proveito da humanidade, muitas vezes conversou commigo e com todos os que queriam ouvir sua palavra doutrinadora sobre outros casos em que a autoridade municipal muito poderia fazer em prol da riqueza do paiz. Vinhamos, certa vez, pela estrada de ferro Mogyana, de Sarandy para Ribeir-

rão Preto. O sabio falára, contemplando o Ribeirão Preto, que corre á margem da linha, na vantagem de explorar a industria da pesca, e na conservação dessa grande riqueza em que o nosso paiz é inexcedivel. Explicára qual a utilidade das escalas, e quão importantes eram ellas no Estado de São Paulo onde os rios fogem para o interior, e vão para a Republica Argentina em vez de irem directamente, pelo nosso territorio, para o Oceano Atlantico, e exclamava: “E ’ tão facil o estabelecimento de escalas, que não se comprehende houvessem as autoridades brasileiras deixado de occupar-se disto” Minuciosamente explicava, com aquella transparencia com que se exprimia, quaes as diversas fórmias de escala, qual a queda (porcentagem de acclive) que devem ter, e como deve ser protegido o peixe na occasião da desova. Mas, subitamente, mudando para o outro aspecto, qual o de ordenado ou methodico *aproveitamento* do peixe, disse-me: “Não se comprehende com não tenha feito a Municipalidade de Ribeirão Preto coisa mais simples, e vem a ser o estabelecimento de um barco movido a gazolina, que, partindo pela madrugada da confluencia do Ribeirão Preto com o Rio Pardo, venha trazer ao mercado da Cidade de Ribeirão Preto o peixe fresco (animando assim a industria da pesca, mas tambem fiscalizando seu exercicio ao intento de beneficiar a classe pobre de Ribeirão Preto), porque, não sendo pescado, vae descer o Rio Pardo, e perde-se” Com effeito o mercado da cidade é precisamente á margem do Ribeirão Preto, que corre até Saranyd com uma doçura incrivel, sendo tudo quanto ha de mais proprio para a navegação com um pequeno barco. Nesta conversa com o sabio acham-se indicadas diversas medidas que só ao poder publico é licito adoptar para a conservação e uso moderado das riquezas naturaes: o *consumo methodico* do peixe pela regulamentação da pesca e por sua fiscalização; o *aproveitamento* do que actualmente desce pelo rio para o Prata; o *estabelecimento de*

escalas para evitar que se despovoem as partes mais altas das correntes fluviaes; ou em summa, *evitar a perda* de uma riqueza natural, e *procurar augmental-a*. A quanto acabo de dizer cumpre ajuntar que, até minha sahida daquella cidade, as bombas de dynamite e o tymbó destruiam no Rio Pardo uma quantidade de peixe sufficiente para alimentar toda a classe pobre de Ribeirão Preto.

Acabo de falar da bomba de dynamite, e devo repetir o conceito de Nelson sobre o progresso que têm tido os meios de destruição de que dispõe a humanidade. Ha meio seculo apenas, era um problema ter um facho para queimar uma roçada. O *fogo apagou* era o grito de desespero. O isqueiro, que apanhava precárias chispas a serem passadas para as maravalhas ou para ascas de madeira bem secca, era o recurso de nossos avós para dispor do terrivel meio de destruição de cidade e de matas. Depois veio o phosphoro. O viadante descuidado ou perverso lança um palito de phosphoro sobre o mato resequido pelo sol, e ahi está o incendio destruindo riquezas accumuladas durante seculos. O caçador com a bucha da espingarda, o fumante com o phosphoro ou com a ponta do cigarro, e o vagabundo que risca um phosphoro para passar o tempo, eis tres monstros que não têm consciencia do mal que fazem.

O que porém mais interessa no momento actual é o que respeita ao serviço de reflorestar nossa terra, a qual, por se achar sob um sol abrazador, mais do que os paizes dos climas temperados precisa da refrigerante sombra das arvores.

III

“Os antigos reis normandos da Inglaterra, para satisfazer sua paixão pela caça, diz a Encyclopædia Nelson (*Forest Law*), declararam que todas as terras cobertas de arvores e sem fecho constituíam a floresta do domínio real, e promulgaram leis rigorosíssimas para prohibir a quaesquer pessoas caçar, cortar arvores ou arbustos ou praticar actos de todo genero que pudessem tornar menos propria a matta para a caça ou para a caçada. As antigas leis puniam a violação de preceitos das leis referentes ás florestas com a pena de morte ou com o vassamento dos olhos do culpado, segundo a gravidade do delicto.” Ora ahi está como a paixão régia pela caçada pôde determinar a protecção das mattas no reino da Inglaterra, onde até hoje é diversão aristocratica.

Aqui, do mesmo modo que em muitos outros lugares, o caçador é um elemento de destruição de campos e de florestas. A legislação norte-americana (que deveríamos imitar) é, neste particular, excellente, quer quanto aos proprios federaes, quer quanto aos estadoaes. E’ porém de observar que o pratico povo, não só trata da conservação das florestas, mas tambem de seu aproveitamento sem destruição: lenhar, pastar animaes, passear pela matta, aproveitar as quédas de agua, ir buscar o ar medicamentoso da floresta e utilizar-se de outros recursos da matta, sem a estragar, eis cousas perfeitamente licitas aos particulares, mas sob a vigilancia de zelosos funcionarios, e pagando a communhão uma certa taxa. Todos os paizes do mundo, fóra a China, têm regulamentação de suas riquezas florestaes, e assim não nos será difficil achar fontes abundantes para o nosso Codigo Florestal, si julgarmos insufficiente a legislação dos Estados Unidos. Disse eu acima que cumpre excepção a China, e, para que o leitor não julgue haver nisto malicia minha, reproduzirei a phrase da Eucyclope-

dia de Nelson: “With the possible exception of China, every civilized nation has some sort of forest policy” Explica-se que a China não tenha podido manter suas florestas, pela circumstancia da densidade de sua população que a obriga a uma cultura quasi de horta, intensiva no mais alto gráo. Aqui, no momento em que estou a escrever, está o Deputado Sr. Augusto de Lima a reclamar andamento para o projecto de Código Florestal que existe em nosso Congresso Legislativo.

Neste assumpto de aproveitamento de mattas, de sua conservação e de reflorestamento das regiões devastadas por uma cultura extensiva e pelo fogo, cumpre ter presente a necessidade da lei e da autoridade applicadora, um systema de *normas*, e uma organização de funcionarios. Não nos esqueçamos de que a Hollanda, cuja vida depende da boa conservação de seus diques, tem um serviço de engenheiros de promptidão para acudir ao mais leve estrago que as aguas causem na defesa perfeita que mantem contra a furia do oceano. O Brasil está na contingencia de lutar constantemente contra a torridez de seu clima. Já se sabe o que é o *Norte*, já descreveram a região maldicta da seca a penna inspirada de Euclides Cunha e a palavra elegante e eloquente do presidente Epitacio Pessôa, mas ninguem se lembrou ainda de fazer sentir ao povo brasileiro que a sorte do Sul será muito semelhante á do Norte, ou á da Palestina, si continuar a devastação das mattas como systematicamente tem sido feita até hoje. A aridez da região que se desenrola ás margens da estrada de ferro ligando esta cidade ao Rio de Janeiro, é uma advertencia que deveria ter sido tomada em consideração por todos os que se interessam pela sorte desta terra, onde o sol é um factor importante da produção do ouro vegetal, mas não deixa de ser coefficiente decisivo para transformar em deserto o que outr’ora foi terra uberrima a desafiar a cubiça de estrangeiros, e a elevar o animo, e dar coragem aos nacionaes.

Além da distincção que acabo de fazer entre o serviço de estabelecimento de leis e organização de zelosos funcionarios que as applicuem, ha a não esquecer, em se tratando do estudo da materia, que existem uma parte juridica, e outra technica, intimamente unidas, em todo este assumpto de conservação de riquezas e restabelecimento das que foram destruidas pela maldade ou pela ignorancia. As leis só devem ser feitas de acôrdo com a lição dos technicos, e é indispensavel que estes sejam homens que tenham cursado escolas de cultura florestal. Até 1898, os rapazes norte-americanos que desejavam dedicar-se ao estudo da *cultura florestal* tinham de ir fazer curso na Europa, e foi nesse anno que se fundaram na America as duas primeiras escolas dessa especialidade. Hoje ha muitas, como sejam as de Yale, Harvard e Michigan. Não seria uma despeza remuneradora dar o nosso paiz pensão a alguns moços que quizessem se especializar na matéria? Tem se feito a apologia das arvores, já se consagrou um dia ao culto dellas, muita coisa se tentou para mostrar ao nosso povo, que, longe de ser a arvore a inimiga do homem, é sua amiga e auxiliar nas necessidades da vida. Em relação ás de nossa patria, já se mostrou que ellas nos dão tudo quanto necessitamos para viver, desde o pão até a roupa, e que portanto devemos consideral-a como sendo dons que nos fez a bondade divina. Agora é o momento de agir, estabelecendo florestas, em substituição das que foram destruidas pelo machado do caboclo ignorante ou do lavrador desejoso de extrahir da terra colheitas optimas. E' o momento de combater os incendiarios, aquelles que tomados de uma verdadeira pyromania, destroem em poucas horas riquezas que seriam incapazes de produzir em um seculo.

Não ha no Brasil estatistica do valor das riquezas annuaes destruidas pelo fogo. Nos Estados Unidos, o paiz dos algarismos, já se verificou que ha incendios que cus-

tam ao Estado 10 milhões de dollars, e até 25 milhões como aconteceu em 1910!!! Quantos mil contos custarão ao Brasil os causados por individuos que melhor fôra houvessem nascido no tempo em que para obter fogo era preciso o attricto de um pedaço de madeira contra outro, e a intervenção de varios selvagens da tribu para levar a termo essa importante conquista do elemento que se obtem hoje riscando um palito de phosphoro sobre a lixa da caixa respectiva?

Mas esse trabalho de reflorestamento ha de ser sempre uma tentativa dispendiosissima. E' indispensavel que haja experiencias de mestres, de technicos, tornando assim menos aleatorio o que se vae fazer na reconquista do terreno assolado. Sabido é ser o eucalyptus essencia com um crescimento tão rapido que, em relação a muitas outras arvores, se acha na proporção de uma locomotiva expressa para com um carro puxado a bois. Mas o eucalyptus não deve ser plantado isoladamente, aliás dará a falsa idéa de que sua madeira é arrevezada, e imprestavel, a não ser para dormentes ou para lenha. Ha de ser plantado em grande quantidade de modo que umas arvores abriguem as outras da acção do vento, causa do defeito de que alguns lhe malsinaram a madeira. Não é só: as especies de eucalyptus que são de rapido desenvolvimento e de grande duração em alguns lugares, não o são em outros. Assim o gigante é menos gigantesco aqui que o teriticornis, o globulus, optimo no Rio de Janeiro, é de curta vida no Oeste deste Estado. As essencias que eram preconizadas pelo Dr. Luiz Barreto devem merecer maior attenção, mas tambem devem ser observadas e experimentadas, porque o sabio, com seu genial espirito de observação, não tinha todavia os elementos de que póde dispor o Estado para se assegurar do valor da arvore pelo ponto de vista economico.

Não só porém se trata de plantar, mas tambem de eliminar o que occupa sem vantagem a terra: as especies

têm uma época de apogeu, e desde então decahem, tornando-se pois indispensavel saber qual a idade em que a arvore deve ser cortada para dar o logar a outra essencia que será mais proveitosa na terra em que o vegetal decrepito não mais se desenvolve. Tudo isto só o homem de sciencia pôde dizer, tudo isto pertence ao estudo da *cultura florestal*, e, sem gente que tenha perfeito conhecimento da especialidade, nenhum Estado deverá arriscar dinheiro em serviço desta natureza. Até hoje o brasileiro só tem tratado de aperfeiçoar-se no manejo do machado e da foice, sendo o maior elogio que se pôde fazer a um lavrador o de que é *senhor do aço*, com o que se diz *mestre no manejo dos instrumentos de destruição da floresta*. E' tempo de começar o curso de estudos dos meios de restauração do que foi destruido.

Não seria demais que a União os Estados e as Municipalidades se ligassem nesta cruzada que é tão salutar quanto a dos açudes no Norte do paiz, em vez de ficarem esses elementos componentes de nossa organização politica esperando um do outro a iniciativa no util empreendimento.

Ha algumas dezenas de annos que ouço falar na restauração da Baixada Fluminense, como disse no principio destes artigos, mas, a julgar pelo que se tem feito ou pelo que não se tem feito neste assumpto, é de esperar que deixem os poderes publicos o resto do Sul chegar ao estado de aridez em que se acha a Palestina, e que perca o paiz as forças com que pôde actualmente ainda reagir contra a devastação, o assolamento que fizeram nossos avós. O que ninguem pôde negar é que o reflorestamento cada dia se vae tornando problema de mais difficil solução.

JOÃO ARRUDA.
